

5. RELATÓRIO DE GESTÃO

5.1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão tem a finalidade de apresentar de forma geral os dados que compõem a prestação de contas do exercício de 2017, referente ao **Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo - FUNCASE**, discorrendo sobre a legislação que embasa sua instituição, seu funcionamento, missão que lhe foi atribuída, finalidade, objetivos e execução orçamentário-financeira.

5.2 BASE LEGAL

Legislação Federal

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (normas gerais sobre licitações e contratos administrativos na administração pública).
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

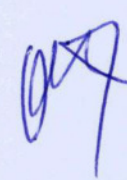
Legislação Estadual

- Lei nº 1.168, de 2 de agosto de 2000 (Fundo de Capacitação dos Servidores do Estado do Tocantins – FUNCASE).
- Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015 (Plano Plurianual 2016/2019, 1º ciclo).
- Lei nº 3.176, de 28 de dezembro de 2016 (Plano Plurianual 2016/2019, Revisão 2º ciclo).
- Lei 3.175, de 28 de dezembro de 2016 (LDO 2017).
- Lei nº 3.177, de 28 de dezembro de 2016 (LOA 2017).

ASTEP



Praça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-906
Tel: +55 63 3218 1500 - www.secad.to.gov.br



- Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015 (Reorganiza a estrutura Organizacional do Poder Executivo).
- Lei nº 3.104, de 16 de maio de 2016 (Cria a UNICET).
- Decreto nº 5.364, de 11 de janeiro de 2016 (Prestação de Contas Anual).
- Decreto nº 5.573, de 27 de janeiro de 2017 (Altera decreto nº 5.364, sobre prestação de contas anual).
- Decreto nº 3.560, de 13 de novembro de 2008 (Diárias).
- Decreto nº 4.080, de 10 de junho de 2010 (Altera decreto nº 3.560, sobre diárias).
- Decreto nº 5.570, de 26 de janeiro de 2017 (Programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de 2017).
- Decreto nº 5.571, de 27 de janeiro de 2017 (Execução orçamentário-financeira 2017).
- Decreto nº 5.725, de 24 de outubro de 2017 (Encerramento Exercício de 2017).
- Decreto nº 4.669, de 09 de novembro de 2012 (Adiantamento).
- Decreto nº 4.730, de 06 de fevereiro de 2013 (altera o Decreto 4.669).
- Decreto nº 5.259, de 11 de junho de 2015 (Grupo gestor de controle e eficiência do gasto público).
- Decreto nº 5.654, de 5 de junho de 2017 (Medidas de contenção de gasto).
- Decreto nº 5.678, de 18 de julho de 2017 (Veda a realização de processo licitatório para a celebração de novos contratos).
- Instrução Normativa nº 01/2016/SEPLAN, de 04 de março de 2016 (Atribuições dos servidores responsáveis pelo PPA 2016-2019).
- Instrução Normativa nº 01/2014/CGE, de 26 de junho de 2014 (Acompanhamento das determinações e recomendações do TCE).
- Instrução Normativa nº 01/2016/CGE, de 13 de julho de 2016. (Sistema informatizado de acompanhamento da gestão orçamentário-financeira).
- Portaria /SEPLAN/ nº 03, de 11 de janeiro de 2017 (QDD 2017).

ASTEP



- Portaria/CGE nº 68, de 07 de outubro de 2016 (Grupo de trabalho destinado a acompanhar as recomendações do TCE-TO).
- Portaria /SECAD/ nº 253 – DSG, de 05 de abril de 2017 (Gerente de ações 2017).

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

- Regimento Interno do TCE-TO.
- Instrução Normativa nº 006/2003, de 25 de junho de 2003.
- Instrução Normativa nº 007/2003, de 13 de agosto de 2003.
- Instrução Normativa nº 002/2008, de 07 de maio de 2008.
- Instrução Normativa nº 007/2008, de 22 de outubro de 2008.
- Instrução Normativa nº 012/2008, de 11 de dezembro de 2008.
- Instrução Normativa nº 013/2008, de 17 de dezembro de 2008.

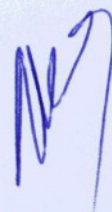
5.3 FINALIDADE DO FUNCASE

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo - SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

5.4 OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Os atos relativos ao cumprimento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual estão dentro da legalidade, tendo sido observados os preceitos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei 4.320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei

ASTEP



Complementar nº 101/00 e das normas específicas de orientação e embasamento para a realização dos programas desenvolvidos pelo FUNCASE.

O FUNCASE não possuiu orçamento no exercício de 2017, ou seja, não consta na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.177, de 28 de dezembro de 2016.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Orçamento Inicial	0,00	0
(-) Reduções	0,00	0
Suplementações	0,00	0
Créd. Especial e/ou extraordinário	0,00	0
Remanejamento	0,00	0
Transposição	0,00	0
Transferência	0,00	0
TOTAL - Orçamento Autorizado	0,00	0

Fonte: Anexo 11 orçamentário - SIAFEM

5.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSOS

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE não possuiu orçamento no exercício de 2017, ou seja, não consta na Lei Orçamentária Anual - LOA.

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY - SIAFEM

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0

Fonte: Anexo 11/ opção 4 - SIAFEM

ASTEP





5.6 EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPP

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE não possuiu orçamento no exercício de 2017, ou seja, não consta na Lei Orçamentária Anual – LOA.

5.7 PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA DE RECEITA

O Fundo não realizou nenhum acompanhamento de projetos ou instituição beneficiada com renúncia de receitas.

5.8 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

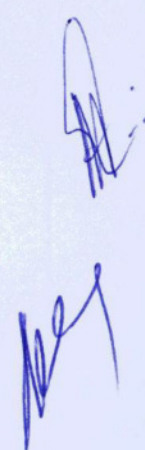
Não houve recebimento ou transferência de recursos mediante convênios, ajustes, termos de parcerias ou outros instrumentos congêneres realizados durante o exercício de 2017.

5.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo do Estado do Tocantins - FUNCASE vinculado a Secretaria da Administração – SECAD, não possuiu orçamento no exercício de 2017, ou seja, não consta da Lei Orçamentária Anual, conforme documentação anexa.

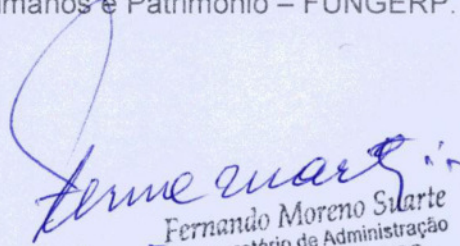
A Universidade Corporativa do Estado do Tocantins – UNICET, antiga Escola de Governo – EGOVE esta funcionando normalmente, pertencendo à estrutura operacional da Secretaria da Administração como uma Gerência e que suas despesas de capacitação e de manutenção são custeadas pelo FUNGERP.

ASTEP



Diante dos fatos, o Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE não teve execução orçamentário-financeira em 2017, haja vista, que o fundo não consta na Lei Orçamentária Anual de 2017. A UNICET está funcionando normalmente e promovendo regulamente cursos de aperfeiçoamento aos servidores públicos, custeada pelo Fundo de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio – FUNGERP.

Palmas, 8 de fevereiro de 2018.



Fernando Moreno Duarte
Subsecretário de Administração
11/11/1966 - DSG
Está sendo pela Sec. da Administração
GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO
Secretário de Estado da Administração

